

PERFIL



“O País precisa de compromisso para o desenvolvimento”

Coordenador do Centro de Estudos Sociais em Lisboa e histórico líder da CGTP, Manuel Carvalho da Silva não esconde a preocupação com a sociedade portuguesa.

Por Paulo Jorge Pereira | fotografias de Paulo Figueiredo

Quando faz o diagnóstico ao País no plano político, económico e social, Carvalho da Silva resume de que se precisa por cá: “Se entendemos como prioritária, ao falar de Portugal, a referência aos portugueses, há uma palavra que faz falta: esperança. Se olharmos o País perante os seus desafios e os bloqueios em que tem estado envolvido, precisamos de um compromisso novo para o desenvolvimento. Há um esgotamento de soluções e de bases para elas no quadro que se tem vivido”, diz. E não deve resumir-se às forças políticas e parceiros sociais: “Muito mais alargado, sustentado e completo na sociedade portuguesa. Quando vemos o percurso de

Portugal em democracia observamos que avançou muito. Beneficiámos muito dos impactos da revolução naquilo que foram as bases para compromissos entre os portugueses e realizações em áreas muito concretas como as infra-estruturas, água, saúde, saneamento básico com um papel determinante do poder local. Mas não só: houve progresso logo no trabalho feito pelos militares durante o período da dinamização com o impulso e motivação da população para infra-estruturas desportivas, culturais e recreativas. Novas formas de intervenção estiveram logo aí”, lembra. “A seguir ao 25 de Abril, os portugueses conseguiram avanços extraordinários. Havia uma matriz, apesar das diferenças, pois a dinâmica de debate ia no sentido do compromisso evolutivo, de harmonização de progresso com a Constituição como ancoradouro e casa comum. Isso projectou o País

“**Há uma atitude de parte significativa das forças políticas, em concreto à direita, de desvalorização e até ataque à Constituição**”

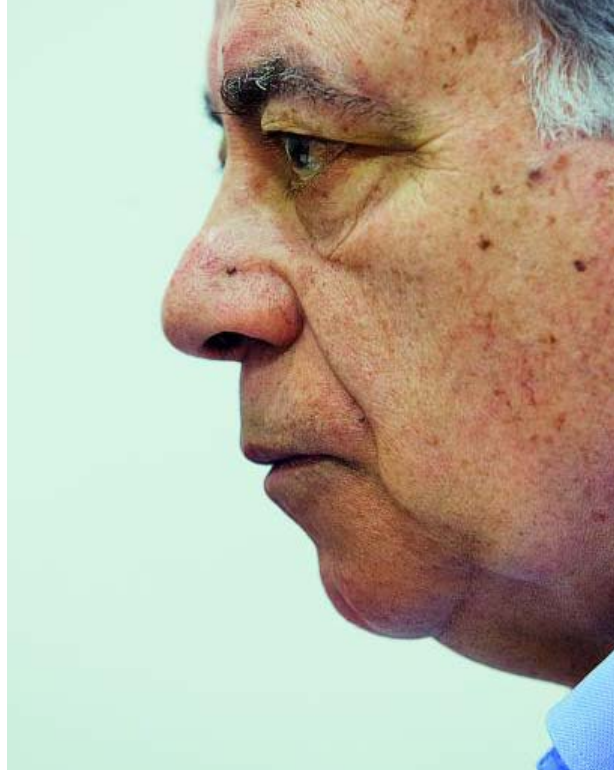
com avanços em muitas áreas através da participação de todos os partidos e das populações, pois os programas definiam como objectivo viver melhor e era mãos à obra.”

Traços que não identifica na sociedade actual. “Há uma atitude de parte significativa das forças políticas, em concreto à direita, de desvalorização e até ataque à Constituição, uma aberração contra a democracia. É preciso repor o lugar da Constituição, a sua revisão é um absurdo, pois o que ali está plasmado no plano geral é um bom compromisso de uma sociedade e de um povo para muito tempo. E um outro compromisso divide-se em princípios: o futuro existe e é melhor do que o presente ou o passado; abandonar a harmonização social no retrocesso que estamos a viver e ter objectivos; a contradição entre a propaganda sobre o conceito de empreendedor e o que não se faz objectivamente para que a situação melhore; recompor alianças e envoltimentos muito sérios desde logo em relação ao desenvolvimento económico, trazendo empresários e investimento numa perspectiva que obriga a um esforço grande de separação das imbricações entre economia especulativa e produtiva; recompor

classes médias na sociedade portuguesa, revalorizando actividades e valorizando profissões, bem como o próprio Estado e o trabalho ao permitir a responsabilização dos cidadãos pelo trabalho e deixando a atitude ligeira e criminosa de aceitar o desemprego e a desvalorização do trabalho como algo de moderno”, comenta. “Não sei se será feito com este quadro de forças políticas, é preciso meter os pés ao caminho e forçar, forçar, forçar... É provável que não se consiga com este quadro político-partidário e sofra atrasos pelo contexto internacional.”

Neste quadro, podem os novos movimentos de cidadãos desempenhar papel fulcral? “Em Portugal não há muita dinâmica, há coisas contraditórias que me levam a falar no risco que estamos a correr de ficar muito tempo numa situação de submissão e passividade dos portugueses. Devemos fazer tudo para que não seja assim, mas cheira muito mais a condicionalismos que levam a isto do que a convulsões fortes”, indica. “O contexto internacional não é muito favorável e acrescento outros dados. Uma das perdas maiores da sociedade portuguesa nos últimos anos foi de cerca de meio milhão de jovens com qualificações para a emigração e desactivou capacidades em muitos planos, inclusive na criação de movimentos sociais ou dinamização das forças políticas. Outro aspecto: vemos à esquerda uma enorme atomização que reflecte a vontade de responder e encontrar a saída, mas isto não vai resolver-se assim – quem analisar o século XX e as décadas de 30 e 40 também encontra atomizações.”

Face a esta análise, a sua decisão de não se candidatar à Presidência torna-se mais estranha? O sociólogo rejeita: “Os processos, quando não aparecem condições suficientes, podem ser autofágicos e anular outras possibilidades. Tenho a noção de que a minha análise pode envolver contradição, mas a sociedade está cheia de contradições. Sou um português privilegiado, pois acumulei grande simpatia da sociedade. Nos últimos tempos havia expressão disso e incentivo, mas há distância até à capacidade or-



“
**Há três anos,
Passos Coelho
não teria
coragem para
dizer o que disse
de Dias Loureiro,
pois isso pagava
uma factura
importante**

ganizativa. Outra questão: uma candidatura deste tipo é de cidadãos, sem menosprezar os partidos e dialogando com eles, trazendo a dimensão do ser humano para primeiro plano e arrastando o cultural, o económico e político a partir daí”, aponta.

“E temos de avaliar: a sociedade está em condições ou vão surgir barreiras que o impossibilitam? A observação do contexto político mostra nervosismos, jogos complexos – há, na preparação das legislativas, uma aceleração para um processo que é, por um lado, um foguetório com o bloco da direita em aparente tiro-teio com o PS e vice-versa, mas não passa de fogo-de-artifício ao mesmo tempo que se faz um trabalho tecnocrático de esbatimento das

diferenças nas propostas, algo que cria terreno complicado e dificuldades para alternativas à esquerda. O terreno está minado e correr o risco de ser bode expiatório de borrascas ou descalabros que possam surgir neste processo eleitoral é um papel que não estou disposto a seguir. Gosto da intervenção sócio-política, de reflectir e agir, mas isto é colectivo.”

Além de não ser bode expiatório nas presidenciais, Carvalho da Silva acrescenta: “Não é só nessas, pois há uma relação muito forte entre legislativas e presidenciais. A candidatura presidencial é individual, mas a construção é colectiva. E, depois, um candidato que se apresenta antes das legislativas deve dar contributos para estas eleições com a responsabilidade de ajudar a identificar a agenda e trazer os temas centrais para o debate. O presidente da República deve interpretar os sentimentos do povo e partir daí para ajudar dessa emanção algo que possamos definir como interesse nacional”, classifica. E critica: “Nos últimos anos, este foi subvertido, considerando-se interesse nacional o dos mercados, dos nossos credores e dos agiotes que actuam sobre Portugal. Isto é uma loucura! Se analisarmos o discurso dos governantes e do presidente, é desastroso: em certas formulações de justificação dessa opção há contactos, por exemplo, com o governo de Vichy durante a II Guerra Mundial em França. A interpretação de que não vivemos em soberania, mas sob ocupação é qualquer coisa que arpeia.”

“Visão de Cavaco para a sociedade é muito pequenina”

Numa análise à actuação do actual chefe de Estado volta o tom crítico. “Ajudou a desarmar a sociedade portuguesa. Não faço comparações simplistas, não duvido que Cavaco Silva tem apego a liberdades fundamentais e aspectos de princípio da democracia, mas, no modo às vezes perto do mesquinho como aborda aspectos da sociedade, a sua atitude é quase tão desmobilizadora como a de Salazar perante a sociedade portuguesa. Repito: são contextos históricos diferentes, não está em causa a atitude face às liberdades e valores da democracia, mas a visão que apresenta para a sociedade é muito pequenina. Ajudou muito a atrofiar a sociedade portuguesa e a eliminar perspectivas.”

E alarga a avaliação: “Foi dito à juventude: ‘Aceitem que o futuro seja pior do que o dos vossos pais ou dos vossos avós.’ Isto não se faz, é criminoso do ponto de vista do processo de desenvolvimento da sociedade e coloca outra questão grave para o tempo que vamos viver – toda a acção política que levou os portugueses à submissão, aceitando que viviam acima das possibilidades, ficando dispostos a auto-flagelar-se; a ideia de que são os mercados e não há alternativa; neste pano de fundo, com as pessoas sem reacção, foram aplicados planos de emergência – na Segurança Social, na Saúde, no Trabalho, no Ensino, na Justiça – e estamos na fase em que se tenta passá-los como políticas estruturais de normalidade. Isto é a consumação do sentido de um profundo retrocesso social e civilizacional”, acusa. A seguir, deixa um aviso: “Se a sociedade portuguesa permitir que aquilo que foi cortado nas pensões de reforma, nos direitos do trabalho, nas férias, feriados, faltas, trabalho suplementar, horários (e o Tribunal Constitucional disse várias vezes que só autorizava porque era a prazo) for consolidado como política de normalidade, materializa esse



retrocesso. Isso é decisivo no período eleitoral que vamos viver. O PS não pode escamotear os condicionalismos no plano interno e europeu, mas, caso não tenha a atitude de não se submeter a eles e rejeitar a ideia de que o futuro da sociedade não é a crise, pode cair-se no desastre que referi.”

Tendo considerado que “não há moral e ética na governação”, vê o docente universitário novidades nesse aspecto do lado do PS com António Costa? “É uma interrogação”, sintetiza. “O que vimos nos últimos anos pode ser exemplificado por uma atitude muito recente de Passos Coelho. Não estamos a desarmar os comportamentos de compadrios, corrupções e diminuição da ética na política, isso é propaganda do Governo. Há três/quatro anos, os “empresários” tipo Dias Loureiro eram mais suspeitos do que hoje. E se se passa para os utilizar como modelo de empreendedor então a coisa está torta. Há três anos, Passos Coelho não teria a coragem de dizer o que disse sobre Dias Loureiro porque isso pagava uma factura significativa. A permissividade aumentou e, quando passamos para a Economia, deixámos de ter grupos nacionais aos quais possamos responsabilizar de modo directo.”

Recuperando outra ideia, o antigo líder da CGTP apresenta argumentos. “O centrão de interesses não é, contudo, exclusivo do PSD e do CDS, mas pode limpar-se através de várias medidas: diminuição da imbricação entre especulação financeira e economia real; um clima de responsabilização dos empresários que vão participar se virem políticos com ética e empenho. Só com as alterações na legislação do trabalho em 2011, os cálculos mostram que, em cada ano, passaram do factor trabalho para o capital três mil milhões de euros, mas a esmagadora maioria dos empresários portugueses tiveram como resultado migalhas ou menos do que isso.”

“Há determinação obsessiva de privatizar a TAP”

Considerando “expressão maior de um conjunto grande de descabros” a implosão do BES/GES, Carvalho da Silva revê-se na afirmação da deputada Mariana Mortágua a propósito de o assunto ser “revelador do modo como se comporta a elite económica”. “Foi permitido tudo e com responsabilidades que vêm de muito longe, os problemas não nasceram dos últimos anos. A evolução dos PDM nas autarquias e a desactivação de indústrias, por exemplo, é algo de impressionante. A financeirização da economia portuguesa teve áreas concretas. No Observatório sobre Crises e Alternativas, o relatório do ano passado analisa esse aspecto em duas vertentes com mais profundidade (habitação e água), outra complementar (Segurança Social). A estrutura da economia foi alterada a partir de opções. Estas conexões e interdependências foram alimentadas ao longo dos anos e geraram-se monstros nos quais o sistema financeiro português está enterrado.”

Para se construir um sistema financeiro mais estável, “o Estado teria de exercer outra intervenção num País desta dimensão e características; havia necessidade de grupos portugueses com mais influência; o funcionamento com sistemas de regulação que não sejam de faz-de-conta; entrar nas políticas concretas e contribuir para que o sistema financeiro se regenere”.

Quanto à situação da TAP deixa a sua perspectiva: “Quem me dera ter o mínimo de informação suficiente para analisar o que se passou,

por que razão se passou e os jogos possíveis. Esta greve teve prejuízos para o País, para a empresa e para causas importantes na sociedade portuguesa”, diz. “O Governo sabia muito bem o que estava a fazer, ninguém pense que estabeleceu acordo com os nove sindicatos, incluindo o dos pilotos, e estes esconderam as suas preocupações, isso é mentira. Não sei se os sindicatos estarão em condições de dizer o que o Governo disse, insinuou ou se comprometeu a fazer. Há uma determinação obsessiva, doentia, contra os interesses nacionais, de privatização da TAP. E o Governo jogou com este processo para, de qualquer forma, privatizar a empresa.”

O economista Piketty recusa a acumulação de austeridade como solução para a dívida pública, mas o homólogo Hernando de Soto critica-o, dizendo que é da incapacidade para acumular e manter capital que resultam a desigualdade e a pobreza. “As desigualdades em função da acumulação de capital estão mais do que demonstradas e o próprio Papa já falou disso – em 2016, 1% dos mais ricos vão ter mais de 50% da riqueza mundial”, recorda. “A questão das dívidas públicas é meramente instrumental: uma sociedade com capacidade para gerar e distribuir bem a riqueza como nunca teve não o está a fazer. As dívidas públicas são, acima de tudo, uma construção: grande parte era privada e foi transferida para área pública. Faz parte de uma estratégia, pois coloca todos os cidadãos à nascença em dívida para subjugar e permitir acumulação de riqueza”, defende. “Foi isso que fizeram os novos sistemas de especulação. Piketty e a sua equipa fazem reflexões interessantes até sobre o papel dos estados, pois na União Europeia há estados fictícios como o Luxemburgo que deveriam desaparecer. Foi im-

Operário e doutorado

Nascido em Viatodos (Barcelos), a 2 de Novembro de 1948, filho de pequenos agricultores, o pai dizia-lhe que o liceu e a Universidade eram para outras classes. Operário electricista em várias empresas e combatente no Ultramar, iria entrar no PCP e desempenhar cargos sindicais até ser coordenador da CGTP (1986). Entre Dezembro de 1999 e Janeiro de 2012, foi secretário-geral da entidade sindical. Pelo meio licenciou-se em Sociologia (2000) e doutorou-se sete anos mais tarde. Desde 2009 é investigador e coordenador do Centro de Estudos Sociais (CES) e professor catedrático convidado da Universidade Lusófona. Dos três filhos – “um cidadão do Mundo, outro a trabalhar numa empresa em Lisboa e a menina de 12 anos” – fala com lágrimas nos olhos.

portante na Comunidade do Carvão e do Aço, pois tinha lá grande produção deste último. Agora é um paraíso fiscal cheio de ficções. Os emergentes vieram ao combate (a China, a Índia, o Brasil, a África do Sul, a Rússia), no mesmo sistema e usando a seu favor os sistemas subversivos que outros usavam. Os ocidentais queriam que fossem puros e isso não vai dar.”

Em relação ao contexto europeu, face às dificuldades gregas, Manuel Carvalho da Silva constata: “A situação é muito complicada. Há um alerta – se a Grécia sair ou for empurrada, passamos a ser o primeiro na linha dos perigos, mesmo que não exista consciência disso por cá, pois vejo sorrisos alarves em relação aos gregos. Muita coisa tem de mudar, terá havido muita corrupção, mas não foi o povo grego que andou nessa actividade. Há sinais da parte dos alemães de maior preocupação, pois andaram a brincar com o fogo. A Alemanha tem um poder desmedido e aprisionou a Europa.” Uma realidade perigosa, argumenta: “O papa diz que a Europa envelheceu e parou em muitos planos. Não tem estratégia das relações com outros países, nem de gestão do Mediterrâneo, berço da civilização europeia nas duas margens, com o Médio Oriente, com os EUA, com a Rússia. É preciso integrar esta última no diálogo ou não há segurança europeia. A Alemanha está para o contexto global hoje como a Suíça para a Europa e isso dá que pensar. A política de sanções contra a Rússia já foi assumida como um erro pelas estratégias americanas e a mudança de atitude face a Cuba funda-se nessa ideia. Estamos debaixo da austeridade na lógica de uma política de sanções: instituíram que somos maldandros, então castiguem-se os maldandros! Isto é uma aberração! Se a Grécia é castigada, vinga a teoria do castigo, algum se segue e é provável que sejamos nós.”

A realidade está definida: “Existe uma zona euro com tratados, regras, fundamentalismos e autoritarismo alemão. Depois, a União tem um espaço enorme onde tudo é permitido: o Reino Unido, cada vez mais independentista e anti-solidário como mostrou a campanha de Cameron; um governo húngaro que não cheira a democracia e outras anormalidades. Interrogando-se acerca da Europa, admite que também passa por “retrocesso civilizacional” e refere: “Aqui está mais acentuado por causa da dicotomia no espaço do euro, mas é um processo que até extravasa a Europa. Caso não se altere a relação de forças, isto não se resolve. Como conjugar a agenda social e política, mas também o diálogo com a Rússia são chaves. Um elemento de desastre que se aplica ao plano nacional e europeu é a falência da social-democracia.”

Ainda assim, os cidadãos afastam-se dos sindicatos, mas há questões que ajudam a explicar. “Estudos sobre sindicalismo mostram que, em termos históricos, teve altos e baixos. Sociedades em períodos de descabro têm o sindicalismo por aí abaixo como todas as organizações de afirmação da solidariedade. Foi induzido na sociedade um individualismo institucionalizado, pessoas isoladas não para puxar por aquilo que cada um tem, mas para responsabilizar por êxitos e fracassos. Como há mais insucesso, as pessoas fogem da vida”, sustenta. “Além disso, os sindicatos justificam-se para influenciar – quando o poder não vê o interesse nacional como aquilo que trabalhadores ou empresários manifestam, as pessoas interrogam-se se vale a pena. Elemento intrínseco aos sindicatos: perderam quadros e capacidade de análise.”

